

## NOTA PÚBLICA 05

### Universalização do Saeb para a 3ª série do Ensino Médio

A Diretoria Colegiada da Associação dos Servidores do Inep, **ASSINEP**, decidiu manifestar-se, através da presente Nota Pública, a respeito da universalização do Saeb para a 3ª série do Ensino Médio, envolvendo as escolas públicas e privadas.

Essa decisão, com o objetivo de expandir o cálculo do Ideb para todas as escolas desta etapa do ensino, foi anunciada pelo Ministro da Educação, em entrevista coletiva à imprensa, no último dia 10 de março.

Com base nos argumentos expostos a seguir, a Diretoria da **ASSINEP** considera que a decisão tomada pelo Ministério da Educação poderá trazer muitas dificuldades para o INEP e para os sistemas de ensino em todo o país e, por isso, deve ser mais bem estudada antes de ser colocada em prática em 2017.

Há cinco anos servidores da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, DAEB, já se manifestaram a respeito desta universalização. Na Nota Técnica Nº 0072, de outubro de 2012, assinada por 16 servidores, defende-se que para todas as avaliações conduzidas pelo governo federal “seria necessário aprimorar a participação dos gestores estaduais e municipais da educação no seu processo de planejamento e implementação”, tendo em vista a necessidade de se fazer cumprir o regime de colaboração entre os entes federados, preconizado pelo artigo 8º da LDB. Além disso, especificamente com relação à 3ª série do Ensino Médio, os pesquisadores alertavam:

*“Já existem sistemas estaduais de avaliação que contemplam o ensino médio e que procuram articular-se com o sistema nacional. A necessidade de articulação entre os sistemas avaliativos precisa evitar a sobreposição de sucessivas avaliações em uma mesma escola e sobre os mesmos estudantes sem a necessária compatibilidade metodológica. Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento dos núcleos de avaliação das Secretarias Estaduais de Educação, para que no médio prazo o Inep possa, com estes, definir critérios metodológicos para a realização de avaliações locais, assim como seu aproveitamento para o Sistema Nacional e a melhor utilização dos resultados”.*

Dessa forma, a Nota Técnica dos servidores defendia a importância da troca de experiências entre os entes da federação e que qualquer decisão de mudança em direção à universalização não deveria ser unilateral, tomada apenas pelo governo federal.

Além dos aspectos destacados pelos servidores, a Diretoria da **ASSINEP** destaca outros que deveriam ser levados em consideração na decisão relativa a esta expansão. Primeiramente, não foi apresentada uma justificativa que fundamentasse com clareza a necessidade da universalização do Saeb, pois dentro da comunidade educacional existem argumentos fortes entre aqueles que defendem a universalização e aqueles que a criticam.

O segundo aspecto é que a decisão de incluir as escolas privadas gera falta de isonomia com relação à Prova Brasil, avaliação voltada para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, da qual participam apenas as escolas públicas. Qual a razão de incluir as escolas da rede privada na avaliação de uma das etapas da Educação Básica e não fazer o mesmo para as outras duas?

O terceiro aspecto refere-se à Base Nacional Comum Curricular, BNCC. Universalizar a avaliação em 2017, antes da finalização da BNCC, pode trazer impactos negativos sobre o processo de planejamento curricular e pedagógico das escolas e redes, pois os testes dos anos seguintes terão que ser alterados para que suas Matrizes de Referência possam se adequar à Base. Se a mudança for de fato implementada, serão três sinalizações diferentes para as escolas de Ensino Médio em pouquíssimo tempo: ENEM, Saeb antes da BNCC e Saeb após a BNCC.

O quarto aspecto tem relação com referenciar o Saeb na BNCC. É preciso tempo para que a BNCC seja implantada e para que a nova avaliação possa fazer sentido do ponto de vista pedagógico. Além disso, todo o processo de mudança dos testes, baseado nas boas práticas internacionais, é demorado e demanda pelo menos dois anos para sua efetivação. Esse processo envolve a discussão e elaboração das Matrizes de Referência da avaliação, a preparação de itens, a validação da Matriz, a pré-testagem de itens e a construção de escalas.

O quinto aspecto tem relação com a complexidade logística da aplicação universal da avaliação para o 3º ano do Ensino Médio. Existe um contingente expressivo de escolas que oferecem essa etapa do ensino no período noturno. Os estudantes destas escolas também devem participar da avaliação, pois esta população tem características diferentes daquela que estuda no período diurno. Isso implicará também em custos adicionais.